

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Base para consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras (Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda., e Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.) são constituídas e domiciliadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A sede da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - 2 andar, na cidade de São Bernardo do Campo.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., tem investimento nas seguintes empresas:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2022 (100% em 2021).

A Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais, elaboração e execução de projetos, pesquisas de mercado e de opinião em geral, compra e venda de imóveis comerciais e residenciais,

administração de imóveis próprios e de terceiros, arrendamento, exploração comercial, locação e sublocação de imóveis comerciais e residenciais e participações em outras sociedades. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem participação societária de 100% em 2022 (100% em 2021).

Remuneração aos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Não houve distribuição de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 41.804 em 2021).

Agradecimentos

Agradecemos o empenho, a confiança e a credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 27 de Abril de 2023

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	Individuais		Consolidadas		Passivo	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
		Ativo circulante		22.895	20.986			9.697.542	6.568.959	Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	12	932	1.922	160.686	167.580	Passivos financeiros				8.682.048	6.528.069
Disponibilidades		932	1.922	27.562	125.365	Ao custo amortizado				8.680.524	6.528.069
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	133.124	42.215	Depósitos	20			6.681.830	3.882.841
Ativos financeiros		19.565	17.445	9.081.619	6.309.162	Obrigações por empréstimos e repasses	21			1.735.357	958.076
Ao custo amortizado	15	-	-	8.829.039	6.215.302	Títulos de dívidas emitidos	22			263.337	1.687.152
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		-	-	9.143.573	6.513.434	Instrumentos financeiros derivativos	14			1.524	-
(-) Provisão para perda esperada		-	-	(314.534)	(298.132)	Obrigações fiscais	25	724	121	160.691	209.681
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	68.212	57.222	Imposto de renda e contribuição social - corrente		724	121	160.691	209.681
Ao valor justo por meio de outros resultados	13	19.565	17.445	184.368	36.638	Outros passivos	24	1.686	1.764	112.289	96.123
Títulos e valores mobiliários		19.565	17.445	184.368	36.638	Passivo não circulante		1.377	1.325	8.893.643	5.984.148
Ativos fiscais	25	2.398	1.619	60.387	59.944	Passivos financeiros				8.596.127	5.659.268
Imposto de renda e contribuição social - corrente		2.398	1.619	60.387	59.944	Ao custo amortizado				8.591.276	5.653.570
Outros ativos	19			394.850	32.273	Depósitos	20			3.314.698	3.840.183
Ativo não circulante		2.424.582	2.303.577	10.594.819	8.570.415	Obrigações por empréstimos e repasses	21			3.630.101	1.581.892
Ativos financeiros				10.011.657	7.829.001	Títulos de dívidas emitidos	22			1.646.477	231.495
Ao custo amortizado	15			9.873.280	7.577.939	Instrumentos financeiros derivativos	14			4.851	5.698
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro				10.225.016	7.941.433	Provisões	23	1.377	1.325	284.296	275.890
(-) Provisão para perda esperada				(351.736)	(363.494)	Obrigações fiscais	25			13.220	48.990
Instrumentos financeiros derivativos				25.378	41.011	Imposto de renda e contribuição social - diferido				13.220	48.990
Ao valor justo por meio de outros resultados	13			112.999	210.051	Total do passivo		3.787	3.210	17.848.671	12.818.021
Títulos e valores mobiliários				112.999	210.051	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	26	2.443.690	2.321.353	2.443.690	2.321.353
Ativos fiscais	25	1.491	1.475	555.879	513.218	Capital social		1.353.742	1.353.742	1.353.742	1.353.742
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.491	1.475	555.879	513.218	Reservas		1.073.790	907.734	1.073.790	907.734
Investimentos em controladas	16	2.417.882	2.296.959	486	488	Ajustes de avaliação patrimonial		16.158	59.877	16.158	59.877
Ativos tangíveis	17			10.183	9.671	Total do patrimônio líquido		2.443.690	2.321.353	2.443.690	2.321.353
Ativos intangíveis	18			11.405	11.377	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.447.477	2.324.563	20.292.361	15.139.374
Outros ativos	19	5.209	5.143	5.209	206.660			2.447.477	2.324.563	20.292.361	15.139.374
Total do ativo		2.447.477	2.324.563	20.292.361	15.139.374						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2022	2021	2022	2021
Outras receitas de juros		2.174	742	2.062.994	1.414.947
Despesas com juros e similares		-	-	(1.528.551)	(778.330)
Resultado líquido de juros e similares		2.174	742	597.123	651.752
Resultado líquido de comissões				44.497	39.675
Receita líquida de comissões		-	-	50.029	44.526
Despesa com comissões		-	-	(5.532)	(4.851)
Resultado bruto de intermediação financeira	6	2.174	742	641.620	691.427
Outras receitas/despesas operacionais		164.575	151.787	(359.412)	(416.517)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	7	-	-	(64.209)	(168.621)
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros		-	-	(21.776)	(4.227)
Resultado de participação em controladas	16b	164.642	151.458	-	-
Despesas de pessoal	8	-	-	(89.416)	(89.386)
Despesas gerais e administrativas	9	(206)	(383)	(150.238)	(122.507)
Outras receitas/(despesas) operacionais		139	712	(33.773)	(31.776)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		166.749	152.529	282.208	274.910
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(710)	113	(158.813)	(207.434)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		16	(227)	42.660	84.939
Lucro líquido do exercício		166.055	152.415	166.055	152.415

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Lucro líquido do exercício	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2022	2021	2022	2021
Outros resultados abrangentes		(43.718)	67.554	(43.718)	67.554
será ou poderá ser reclassificado posteriormente para lucros ou perdas reclassificações para o resultado do período					
mudanças no valor justo		(43.718)	67.554	(43.718)	67.554
Ajustes de avaliação patrimonial		(43.718)	67.554	(79.488)	122.825
Outros resultados abrangentes de Controladas		(43.718)	67.554	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	359	445
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(79.847)	122.380
Efeito fiscal				35.770	(55.271)
Títulos e valores mobiliários		-	-	(162)	(200)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	35.932	(55.071)
Resultado abrangente do exercício		122.337	219.969	122.337	219.969

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Saldo em 1º de janeiro de 2021	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total
			Legal	Especial			
Outros resultados abrangentes	1.353.742	15.213	46.549	735.361	(7.677)	-	2.143.188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	67.554	-	67.554
Destinações:						152.415	152.415
Reserva legal	-	-	7.621	-	-	(7.621)	-
Reserva especial	-	-	-	144.794	-	(144.794)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(41.804)	-	-	(41.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.353.742	15.213	54.170	838.351	59.877	-	2.321.353
Mutações do período			7.621	102.990	67.554	-	178.165
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.353.742	15.213	54.170	838.351	59.877	-	2.321.353
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(43.718)	-	(43.718)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	166.055	166.055
Destinações:							
Reserva legal	-	-	8.304	-	-	(8.304)	-
Reserva especial	-	-	-	157.751	-	(157.751)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.353.742	15.213	62.474	996.102	16.159	-	2.443.690
Mutações do período			8.304	157.751	(43.718)	-	122.337

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. (DTFS Brasil) tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A empresa é sediada na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar. Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 27 de abril de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DTFS Brasil, composta pelas empresas descritas no item c. desse capítulo, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a DTFS Brasil utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$). Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das companhias:

Controlada	Denominação	Participação		Obs.
		2022	2021	
Controlada	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	100%	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
-Direta	Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda.	99,99%	99,99%	Empresa não-financeira
Controlada	Mercedes-Benz Leasing do Brasil			
-Indireta	Arrendamento Mercantil S.A.	100%	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.	100%	100%	Empresa não-financeira

A elaboração das demonstrações financeiras das entidades consolidadas da DTFS Brasil é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda.

A Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. (Assessoria) tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais, elaboração e execução de projetos, pesquisas de mercado e de opinião em geral, compra e venda de imóveis comerciais e residenciais, administração de imóveis próprios e de terceiros, arrendamento, exploração comercial, locação e sublocação de imóveis comerciais e residenciais e participações em outras sociedades.

Em Acordo de Voto da Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. firmado entre Banco Mercedes-Benz do Brasil, quotista minoritário, e Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., quotista majoritário, ficou estabelecido que dependerá do voto afirmativo do Banco a aprovação de matérias essenciais para o controle da instituição. O voto afirmativo pressupõe concordância unânime do quotista minoritário para o controle da entidade.

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.

A Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. tem como objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. A sede da DTFS Brasil está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, na cidade de São Bernardo do Campo, Brasil.

A posição de investimentos em controladas pode ser verificada na nota explicativa nº 16.

3. USOS DE PREMISSAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Os resultados estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o CPC exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são:

a. Provisão para perda de crédito esperada de ativos financeiros

As exigências de *impairment* previstas no CPC 48 (IFRS 9) requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.

Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito. Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

A política contábil em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 4.

A nota explicativa nº 15 detalha a movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício.

b. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa nº 4.

c. Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil da DTFS Brasil para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 4. Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 25 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda

A entidade avalia o fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DTFS Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou um prazo incerto. São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem convertibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

De acordo com a Circular nº 3.082/02, do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swap devem ser avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando os ganhos e as perdas não realizados no resultado do período. Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (hedge) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de hedge de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de hedge de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

d. Ativos e Passivos Financeiros

(i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Conglomerado passou a aplicar o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

Valor justo por meio do resultado - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descaimento contábil que surgiria de outro modo.

(ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os déficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O déficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a Leasing esperam ser pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados a uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos déficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

De acordo com a CPC 48 (IFRS 9), a perda de crédito esperada deve ser mensurada de maneira a refletir:

- Estimativa de probabilidade de perda ponderada e não enviesada;
- Valor temporal do dinheiro; e
- Toda informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforços indevidos) na data de mensuração sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

O Banco e a Leasing, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de "default" utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de "default" são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade da perda. Ambos os índices são construídos através de **informações prospectivas** e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto **macroeconômico** ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela Leasing na mensuração da perda esperada denominado "*Future Expectation*" (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:

Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).

Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).

Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

Aumento significativo no risco de crédito: O Banco e a Leasing avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturas de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a Leasing adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de "default" (probabilidade de perda esperada);
- Aumento significativo das taxas de perda.

Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emiteu ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avalistas;
- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente.

A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação considera as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

(v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios. A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Grupo Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

(vi) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a reclassificação de ativos financeiros é exigida caso o modelo de negócios no qual são mantidos mude após o reconhecimento inicial, e caso a mudança seja justificativa para as operações da entidade.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(vii) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual descarta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes

destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

e. Ativos tangíveis

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 20%
- Sistemas de comunicação - 10%
- Sistemas de transporte - 20%
- Instalações - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de softwares e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos. O ágio na Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. é proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi baseado em laudo de avaliação de empresa especializada que utilizou como base de cálculo expectativa de rentabilidade baseado em projeção de resultado de exercícios futuros.

(f) Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20%, com adicional de 1% especificamente para o movimento de agosto a dezembro de 2022 em relação à empresa Banco, com base na alíquota de 15%, com adicional de 1% especificamente para o movimento de agosto a dezembro de 2022 em relação à empresa Leasing e com base na alíquota de 9% para as demais empresas e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da Daimler Truck Financial Services Brasil é calculada à alíquota de 15%. Para as empresas Banco e Leasing são calculadas com base na alíquota de 20%, com adicional de 5% especificamente para o movimento do 2º semestre de 2021, e para a Corretora e Assessoria é utilizado 9%, sendo que, em ambos os casos, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 11.

i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "*impairment*". A perda por "*impairment*" é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.

j. Operações de arrendamento

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem notação ou divulgação;

(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

l. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e prejuízos acumulados. O capital social e as reservas estão detalhadas na nota explicativa nº 26. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

m. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

A Administração utiliza o mecanismo de *stop accrual* sobre o reconhecimento de receita quando há evidência objetiva de perda.

n. Receitas e despesas de taxas e comissões

A DTFS auferir receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços provindas de contratos com clientes é reconhecido de acordo com os princípios descritos no CPC 47 (IFRS 15), pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 (IFRS 15) e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48 (IFRS 9), de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

o. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Alteração ao IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Não houve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Alterações a IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020 e IFRS 16 - Arrendamentos

As alterações resumem-se em:

i. O IFRS 3 traz a inclusão da exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

ii. As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, prevendo medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, esclarecendo que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na, ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez; IFRS 16 - Arrendamentos, excluindo o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros, sem data de vigência. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Não houve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b. Normas emitidas recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As normas a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras em IFRS e não foram adotadas antecipadamente:

Alterações ao IAS 1 - Informações sobre políticas contábeis - Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.

Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva. As análises referentes a eventuais mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras em IFRS da DTFS BR.

Alterações ao IAS 12 - Impostos sobre a Renda - Requer que o arrendatário reconheça impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme legislação fiscal. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras em IFRS da DTFS BR.

IFRS 17 - Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para mensuração:

- Modelo Padrão Building Block Approach (BBA): aplicável a todos os contratos de seguro sem características de participação direta e resseguro mantidos.
- Modelo Simplificado Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos de seguro e resseguro mantidos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão.
- Variable Fee Approach (VFA): aplicável a contratos de seguro com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser mensurados considerando quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos.
- Ajuste pelo Risco Não Financeiro: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa.
- Margem Contratual: lucro não ganho que será reconhecido conforme a prestação dos serviços de seguro, sendo representado no reconhecimento inicial pela diferença no valor presente das entradas e saídas estimadas dos fluxos de caixa menos o ajuste pelo risco não financeiro.
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Adicionalmente é prevista a redesignação da classificação de ativos financeiros que estejam relacionados aos contratos de seguro e resseguro mantidos, caso a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros já tenha sido adotada.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os impactos serão avaliados até a data de entrada em vigor dos normativos.

6. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	Individuais		Consolidadas	
	2022	2021	2022	2021
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos	-	-	2.062.994	1.414.947
Empréstimos e recebíveis	-	-	2.062.994	1.414.947
Outras receitas de juros	2.174	742	62.680	15.135
Aplicações financeiras e interfinanceiras de liquidez	2.174	742	62.680	15.135
Despesas com juros e similares	-	-	(1.528.551)	(778.330)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(478.149)	(265.897)
Despesas com depósitos	-	-	(905.504)	(399.324)
Despesas com letras financeiras subordinadas	-	-	(287.938)	(108.288)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	143.040	(4.821)
Resultado líquido de comissões	-	-	44.497	39.675
Receitas com comissões sobre venda de seguros	-	-	53.156	47.698
Despesa com comissões sobre venda de seguros	-	-	(5.532)	(4.851)
Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS)	-	-	(3.127)	(3.172)
Resultado bruto de intermediação financeira	2.174	742	641.620	691.427

7. RESULTADO COM PERDAS POR IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	Consolidadas	
	2022	2021
(Constituição) de impairment sobre operações de liquidação duvidosa	(102.058)	(210.235)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 17e)	37.849	41.614
Total	(64.209)	(168.621)

8. DESPESAS DE PESSOAL

	Consolidadas	
	2022	2021
Proventos	(56.351)	(58.555)
Encargos sociais	(20.524)	(19.230)
Outros benefícios dos funcionários	(11.563)	(10.866)
Treinamento	(527)	(378)
Remuneração de estagiários	(451)	(357)
Total	(99.416)	(89.386)

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Individuais		Consolidadas	
	2022	2021	2022	2021
Despesas de serviços de terceiros	(1)	(58)	(40.716)	(35.779)
Despesas de serviços técnicos especializados	(84)	(132)	(42.986)	(24.211)
Despesas de processamento de dados	-	-	(23.832)	(26.453)
Despesa de comissão de fiança	-	-	(6.709)	(7.241)
Despesas de gravame	-	-	(9.130)	(6.344)
Despesas de aluguel	-	-	(1.814)	(4.848)
Despesa de remarketing	-	-	(5.928)	(2.882)
Despesas com depreciação e amortização	-	-	(3.082)	(3.340)
Despesas de serviços do sistema financeiro	-	(10)	(2.269)	(2.371)
Despesas de promoções e relações públicas	-	-	(2.514)	(725)
Despesas de comunicações	-	-	(792)	(1.146)
Despesa de notificação, emolumentos e cartórias	-	-	(562)	(563)
Despesas de seguros	-	-	(1.529)	(1.121)
Despesas de propaganda e publicidade	(119)	(179)	(1.269)	(1.390)
Despesas de viagem	-	-	(1.388)	(272)
Outras despesas administrativas	(2)	(4)	(5.718)	(3.821)
Total	(206)	(383)	(150.238)	(122.507)

10. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Individuais		Consolidadas	
	2022	2021	2022	2021
Despesas tributárias	(116)	(39)	(33.008)	(34.744)
Despesa com provisões de contingências	(53)	(20)	(30.141)	(27.203)
Reversão com provisões de contingências	-	-	14.241	6.978
Reversão de provisões operacionais	84	711	84	711
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para a venda	-	-	(6.288)	(2.703)
Risk sharing agreement	-	-	(2.555)	3.605
Atualizações de depósitos judiciais	66	21	12.036	3.993
Outras receitas operacionais	158	39	11.858	17.587
Total	139	712	(33.773)	(31.776)

11. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo
O Grupo Financeiro Mercedes-Benz utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou

c. Ativos financeiros e passivos financeiros não mensurados a valor justo por meio do resultado
Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo.

	Individuais				Consolidadas			
	2022		2021		2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros	20.497	20.497	19.367	19.367	19.920.232	19.114.140	14.967.369	14.700.144
Caixa e equivalentes de caixa	932	932	1.922	1.922	160.686	160.686	167.580	167.580
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	19.368.589	18.562.497	14.454.867	14.187.642
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	93.590	93.590	98.233	98.233
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	19.565	19.565	17.445	17.445	297.367	297.367	246.689	246.689
Passivos financeiros	-	-	-	-	(17.278.175)	(17.278.175)	(12.187.337)	(12.187.337)
Depósitos	-	-	-	-	(9.996.528)	(9.996.528)	(7.723.024)	(7.723.024)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	(5.365.458)	(5.365.458)	(2.539.968)	(2.539.968)
Títulos de dívidas emitidos	-	-	-	-	(1.909.814)	(1.909.814)	(1.918.647)	(1.918.647)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(6.375)	(6.375)	(5.698)	(5.698)
Total	20.497	20.497	19.367	19.367	2.642.057	1.835.965	2.780.032	2.512.807

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Grupo Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua origem e a expectativa de realização.

O valor justo da rubrica empréstimos e recebíveis é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.

Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil. Quanto a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de funding do portfólio.

12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individuais		Consolidadas	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades ¹	932	1.922	27.562	125.365
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	133.124	42.215
Total	932	1.922	160.686	167.580

¹ Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

13. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO E POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Título	Vencimento	Individuais				Consolidadas			
		2022		2021		2022		2021	
		Valor de referência	Valor contratual	Valor de referência	Valor contratual	Valor de referência	Valor contratual	Valor de referência	Valor contratual
Certificado de Depósito Bancário	Até 90 dias	-	-	3.381	13.549	-	-	-	-
	91 a 180 dias	5.860	5.272	-	22.423	-	-	-	-
	181 a 360 dias	13.705	-	56.597	-	-	-	-	-
	Maior que 360 dias	-	12.173	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	Até 90 dias	-	-	123.701	-	-	-	-	-
	Maior que 360 dias	-	-	112.999	210.051	-	-	-	-
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Sem vencimento	-	-	689	666	-	-	-	-
Total		19.565	17.445	297.367	246.689				

Swap	Local de negociação	Consolidadas			
		2022		2021	
		Valor de referência	Valor contratual	Valor de referência	Valor contratual
Posição Ativa - DI	Balcão - Instituições financeiras	4.613.616	4.992.618	4.988.465	(4.153)
Posição Ativa - SELIC	-	-	-	832.000	3.134.303
Posição Ativa - DÓLAR + Juros	-	200.000	208.388	208.743	355
Posição Passiva - Pré	-	(4.813.616)	(5.142.344)	(5.109.993)	32.351
Diferencial a receber/a pagar		58.662	87.215	28.553	(15.865)

	Consolidadas			
	2022		2021	
	Acima de 360	Valor justo	Acima de 360	Valor justo
Vencimento em dias	Até 90	91 a 180	181 a 360	de 360
Swap - Diferencial a receber	34.294	7.472	26.447	25.377
Swap - Diferencial a pagar	(193)	-	(1.331)	(4.851)
Total	212	7.910	49.100	41.011

Swap - Diferencial a receber 98.233
Swap - Diferencial a pagar (5.698)

15. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a. Composição da carteira

	Consolidadas			
	2022		2021	
	Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	Operações de crédito	Operações de arrendamento	Operações de crédito com ligadas ¹
	19.368.589	14.454.867	19.305.899	14.294.704
	62.690	118.473	-	41.690
(-) Provisão para perda esperada	(666.270)	(661.626)	-	-
Operações de crédito	(663.864)	(657.141)	-	-
Operações de arrendamento	(2.406)	(4.485)	-	-
Total de ativos financeiros ao custo amortizado	18.702.319	13.793.241		

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b. Controladas indiretas

	Leasing		Corretora		Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido do exercício	% participação
	2022	2021	2022	2021			
Caixa e equivalentes de caixa	51.263	8.767	10.328	7.059	416	1.072	(10.114)
Ativos financeiros	60.085	154.372	30.911	58.673	5.244	6.120	27.361
Ativos fiscais	37.285	35.292	6.312	5.815	100%	100%	0,01%
Ativos tangíveis	3	5	1	1	As demonstrações financeiras das investidas foram auditadas ou revisadas por auditores independentes.		
Outros ativos	22.570	26.102	9.944	6.711	c. Movimentações dos investimentos		
Total do ativo	171.206	224.538	57.496	78.259			
Passivos financeiros	-	50.530	-	-	Banco	Assessoria	Outros
Provisões	49.304	54.183	2.330	3.247	2.053.782	65.480	488 2.119.750
Obrigações fiscais	2.105	3.668	2.161	1.898	128.153	23.305	- 151.458
Outros passivos	4.564	6.168	10.813	4.241	(36.169)	(5.635)	- (41.804)
Patrimônio líquido	115.233	109.989	42.192	68.873	67.553	-	- 67.553
Total do passivo	171.206	224.538	57.496	78.259	2.213.320	83.151	488 2.296.959
Resultado bruto da intermediação financeira	11.602	16.522	50.525	41.897	135.390	29.252	- 164.642
Outras receitas/despesas operacionais	(6.774)	(11.474)	(13.050)	(12.746)	(43.718)	-	- (43.718)
					2.304.992	112.403	488 2.417.883

17. ATIVOS TANGÍVEIS

O quadro abaixo apresenta a movimentação do ativo imobilizado por grupo:

	Consolidadas							Valor contábil
	Custo			Depreciação acumulada			2022	
	2021	Aquisições	Alienações	2022	2021	Adições		
Móveis e equipamentos de uso	1.105	1.787	(326)	2.566	(636)	(249)	310	(575)
Sistemas de comunicação	139	142	-	281	(122)	(15)	-	(137)
Veículos e afins	7.549	-	-	7.549	(1.155)	(1.508)	-	(2.663)
Sistema de processamento de dados	8.024	499	(620)	7.903	(5.239)	(1.072)	586	(5.725)
Instalações	527	1.052	(504)	1.075	(521)	(68)	498	(91)
Total	17.344	3.480	(1.450)	19.374	(7.673)	(2.912)	1.394	(9.191)
	2020	Aquisições	Alienações	2021	2020	Adições	Baixas	2021
Móveis e equipamentos de uso	1.094	23	(12)	1.105	(507)	(136)	7	(636)
Sistemas de comunicação	139	-	-	139	(118)	(4)	-	(122)
Veículos e afins	5.910	7.545	(5.906)	7.549	(1.757)	(1.875)	2.477	(1.155)
Sistema de processamento de dados	7.788	551	(315)	8.024	(4.276)	(1.276)	313	(5.239)
Instalações	530	-	(3)	527	(508)	(15)	2	(521)
Total	15.461	8.119	(6.236)	17.344	(7.166)	(3.306)	2.799	(7.673)

As despesas com depreciação estão registradas na linha "Despesas gerais e administrativas" na demonstração consolidada do resultado.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS

O quadro abaixo apresenta a movimentação do ágio e dos ativos intangíveis por grupo:

	Consolidadas							Valor contábil
	Custo			Amortização acumulada			2022	
	2021	Adições	Alienações	2022	2021	Adições		
Ágio de incorporações	9.702	-	-	9.702	-	-	-	9.702
Software	3.352	-	(18)	3.334	(1.677)	(171)	217	(1.631)
Total	13.054	-	(18)	13.036	(1.677)	(171)	217	(1.631)
	2020	Adições	Alienações	2021	2020	Adições	Baixas	2021
Ágio de incorporações	9.702	-	-	9.702	-	-	-	9.702
Software	1.679	1.704	(31)	3.352	(1.674)	(34)	31	(1.677)
Total	11.381	1.704	(31)	13.054	(1.674)	(34)	31	(1.677)

As despesas com amortização estão registradas na linha "Despesas gerais e administrativas" na demonstração consolidada do resultado. O ágio na Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. é proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi baseado em laudo de avaliação de empresa especializada que utilizou como base de cálculo expectativa de rentabilidade baseado em projeção de resultado de exercícios futuros (relação % entre lucro líquido/receita em 10% a cada ano), o qual vem se confirmando.

19. OUTROS ATIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos em juízo por contingências passivas	5.209	5.143	200.427	194.281
Ativos não correntes mantidos para venda	-	-	42.735	12.379
Risk sharing agreement ¹	-	-	9.752	12.307
Adiantamentos e antecipações salariais	-	-	842	2.708
Despesas antecipadas	-	-	3.933	1.982
Adiantamentos para pagamentos	-	-	85	128
Outros ativos ²	-	-	142.285	15.148
Total outros ativos	5.209	5.143	400.059	238.933

20. DEPÓSITOS

a. Composição de depósitos

Instrumento	Indexador	Contraparte	Remuneração	Consolidadas			
				Valor da operação		Custo atualizado	
				2022	2021	2022	2021
Depósitos Interfinanceiros ¹	Pós-fixado	Pessoa Jurídica	0,8% a.a. a 1,1% a.a. + CDI	200.000	-	209.935	-
	Pós-fixado	Inst. Financeira	de 100,0% a 118,0% do CDI	758.000	380.000	769.891	386.809
	Pré-fixado	Inst. Financeira	0,6% a.a. a 15,6% a.a.	1.940.700	2.398.700	2.089.847	2.520.792
Total de depósitos interfinanceiros				2.898.700	2.778.700	3.069.673	2.907.601
Depósitos a prazo ¹	Pós-Fixado	Ligadas	101,5% a 104% do CDI	1.104.999	-	1.119.151	-
		Pessoa Jurídica	100,0% do CDI	1.538.536	1.337.299	1.684.323	1.395.638
		Instituição Financeira	0,95% a.a. + 104% do CDI	51.000	-	52.643	-
	Pós-Fixado	Fundos	0,6% a.a. a 1,25% a.a. + CDI	2.722.922	1.542.616	3.004.961	1.594.992
	Pré-Fixado	Fundos	8,0% a.a. a 14,2% a.a.	944.184	924.184	1.065.777	959.363
	Pós-Fixado	Fundos	1,7% a.a. + 100% do CDI	-	454.400	-	491.944
Depósitos a prazo com garantia especial ¹		Instituição Financeira	0,4% a.a. + 100% do CDI	-	150.000	-	158.967
	Pré-Fixado	Instituição Financeira	4,8% a.a.	-	200.000	-	214.519
Total de depósitos a prazo				6.361.641	4.608.499	6.926.855	4.815.423
Total depósitos				9.260.341	7.387.199	9.996.528	7.723.024

b. Composição de depósitos por faixas de vencimentos

	Consolidadas				
	2022				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos interfinanceiros	999.652	429.747	1.301.435	338.839	3.069.673
Depósitos a prazo	1.727.747	671.843	1.551.407	2.975.858	6.926.855
Total	2.727.399	1.101.590	2.852.842	3.314.697	9.996.528
	2021				
Depósitos interfinanceiros	1.264.168	581.650	378.789	682.994	2.907.601
Depósitos a prazo	169.591	500.099	1.000.718	3.145.015	4.815.423
Total	1.433.759	1.081.749	1.379.507	3.828.009	7.723.024

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a. Composição de obrigações por empréstimos e repasses

Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	Consolidadas			
				Valor da operação		Custo atualizado	
				2022	2021	2022	2021
Finame	BNDES	Pós-fixado	1,6% a.a. a 4,9% a.a. + TLP	146.334	319.223	212.408	397.051
			1,1% a.a. a 3,2% a.a. + TLP + SELIC	2.839.705	1.183.151	3.107.068	1.236.766
			2,3% a.a. a 8,1% a.a. + TJLP	38.012	148.427	55.794	201.964
			2,3% a.a. a 8,1% a.a. + TJLP + SELIC	24.123	58.326	39.443	82.782
		Prefixado	1,0% a.a. a 17,2% a.a.	1.508.797	447.222	1.613.652	491.394
Refrota	CEF	Pós-fixado	6,5% a.a. a 6,7% a.a. + TR	104.793	106.906	128.967	130.011
Empréstimos em moeda estrangeira	Instituição Financeira	Pós-fixado	5,1% a.a. + Variação Cambial	200.000	-	208.126	-
Total de obrigações por empréstimos e repasses				4.861.764	2.263.255	5.365.458	2.539.968

b. Composição de obrigações por empréstimos e repasses por faixas de vencimentos

	Consolidadas				
	2022				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Finame	352.064	1.120.800	3.555.501	5.028.365	
Refrota	13.969	40.398	74.600	128.967	
Empréstimos em moeda estrangeira	-	208.126	-	208.126	
Total	366.033	1.369.324	3.630.101	5.365.458	
	2021				
Finame	246.483	665.783	1.497.691	2.409.957	
Refrota	12.049	33.761	84.201	130.011	
Total	258.532	699.544	1.581.892	2.539.968	

22. TÍTULOS DE DÍVIDAS EMITIDOS

São obrigações por emissão de letras financeiras, com prazo mínimo de vencimento de 24 meses com taxa média de juros pós-fixada de 102,75% a 103,0% do DI. Os títulos estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

a. Composição de títulos e dívidas emitidos

Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	Consolidadas			
				Valor da operação		Custo atualizado	
				2022	2021	2022	2021
Letras financeiras	Pessoa Jurídica	Pós-fixado	1,0% a.a. a 1,1% a.a. + CDI	319.400	-	354.995	-
	Fundos		1,0% a.a. a 1,3% a.a. + CDI	222.000	370.000	265.349	394.478
	Inst. Financeira		1,0% a.a. a 1,1% a.a. + CDI	1.078.600	304.000	1.127.214	322.383
	Inst. Financeira	Prefixado	13,9% a.a.	150.000	336.000	162.256	365.656
Letras financeiras com garantia especial	Banco Central	Pós-fixado	0,8% a.a. + CDI	-	832.000	-	836.130
Total títulos de dívidas emitidos				1.770.000	1.842.000	1.909.814	1.918.647

b. Composição de títulos e dívidas emitidos por faixas de vencimentos

	Consolidadas				
	2022				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total	
Letras financeiras	263.337	-	1.646.477	1.909.814	
Total	263.337	-	1.646.477	1.909.814	
	2021				
Letras financeiras	155.583	1.531.569	231.495	1.918.647	
Total	155.583	1.531.569	231.495	1.918.647	

23. PROVISÕES

a. Composição das provisões

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Individuais		Consolidadas	
	2022	2021	2022	2021
Fiscais	1.377	5.209	1.325	5.143
Federais	1.377	5.209	1.325	5.143
CSLL	-	3.493	-	3.493
PIS	1.377	1.716	1.325	1.650
Total de provisões de contingências	1.377	5.209	1.325	5.143

Trabalhistas¹

Cíveis²

Fiscais³

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	212.588	169.264	193.878	154.455
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	10.037	8.030	4.668	3.720
Provisão para ações judiciais fiscais	29.041	21.943	28.955	21.894
Provisão para ações judiciais cíveis	7.100	4.860	8.154	5.347
Provisões para ações judiciais trabalhistas	11.784	9.427	12.509	9.531
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	7.401	164	6.838
Outras diferenças temporárias	40.043	24.361	43.184	19.901
Total	310.593	245.286	291.512	221.706
Total ativo tributário diferido	555.879		513.218	

e. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2022		2021	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para ações judiciais fiscais	452	22	(5)	469
Outras diferenças temporárias	1.023	-	(1)	1.022
Total	1.475	22	(6)	1.491
Provisão para ações judiciais fiscais	679	11	(238)	452
Outras diferenças temporárias	1.023	-	-	1.023
Total	1.702	11	(238)	1.475

	2022		2021	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	348.333	126.029	(92.510)	381.852
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	8.388	34.354	(24.675)	18.067
Provisão para ações judiciais fiscais	50.849	141	(5)	50.985
Provisão para ações judiciais cíveis	13.501	1.323	(2.864)	11.960
Provisões para ações judiciais trabalhistas	22.067	1.220	(2.076)	21.211
Prejuízo fiscal/Base negativa	6.995	618	(212)	7.401
Outras diferenças temporárias	63.085	21.451	(20.133)	64.403
Total	513.218	185.136	(142.475)	555.879
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	296.692	123.769	(72.128)	348.333
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	6.365	12.796	(10.773)	8.388
Provisão para ações judiciais fiscais	50.570	517	(238)	50.849
Provisão para ações judiciais cíveis	12.635	1.885	(1.019)	13.501
Provisões para ações judiciais trabalhistas	19.779	2.288	-	22.067
Prejuízo fiscal/Base negativa	7.516	-	(521)	6.995
Outras diferenças temporárias	42.318	39.194	(18.427)	63.085
Total	435.875	180.449	(103.106)	513.218

	2022		2021	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Títulos disponíveis para venda	(140)	(11)	-	(151)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(70)	(152)	-	(222)
MTM - Patrimônio Líquido	(48.780)	-	35.933	(12.847)
Total	(48.990)	(163)	35.933	(13.220)
Passivos fiscais diferidos de superveniência da depreciação	(1.177)	-	1.177	-
Títulos disponíveis para venda	(140)	-	-	(140)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	-	(70)	-	(70)
MTM - Patrimônio Líquido	-	(48.780)	-	(48.780)
Total	(1.317)	(48.850)	1.177	(48.990)

f. Movimentação do passivo fiscal diferido

	2022		2021	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Títulos disponíveis para venda	(140)	(11)	-	(151)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(70)	(152)	-	(222)
MTM - Patrimônio Líquido	(48.780)	-	35.933	(12.847)
Total	(48.990)	(163)	35.933	(13.220)
Passivos fiscais diferidos de superveniência da depreciação	(1.177)	-	1.177	-
Títulos disponíveis para venda	(140)	-	-	(140)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	-	(70)	-	(70)
MTM - Patrimônio Líquido	-	(48.780)	-	(48.780)
Total	(1.317)	(48.850)	1.177	(48.990)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos. O prazo máximo de realização de 10 anos não se aplica aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes.

As diferenças temporárias são decorrentes das despesas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, provisão para bens não de uso próprio e todas outras indutíveis temporariamente na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Os créditos tributários serão realizados à medida que as diferenças temporárias, sobre os quais são calculados através de avaliação com base nas normas legais vigentes, sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

Exercício	Consolidado		Valor Presente
	Diferenças Temporárias de imposto de renda	Base Negativa Contribuição social	
2023	84.495	53.655	151
2024	107.247	85.790	167
2025	10.321	8.248	180
2026	17.807	14.131	190
Após 2026	85.627	66.061	6.713
Total	305.497	227.885	7.401

26. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a. Capital Social

Atribuído ao controlador

O capital social no montante de R\$ 1.353.742 é representado por 374.585.253 (trezentos e setenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas

A conta reserva de lucros do Grupo Financeiro Mercedes-Benz é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal - Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, antes de qualquer outra destinação, que não poderá exceder a 20% do capital social.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de ajustes de avaliação patrimonial corresponde à atualização dos instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários.

	2022		2021	
	Ajuste	Efeito fiscal	Ajuste	Efeito fiscal
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Saldo Inicial	468	(211)	257	23
Mutações do período	359	(162)	197	445
Saldo final	827	(373)	454	468
Instrumentos financeiros derivativos				
Saldo Inicial	108.399	(48.780)	59.619	(13.981)
Mutações do período	(79.847)	35.932	(43.915)	122.380
Saldo final	28.552	(12.848)	15.704	108.399
Total				
Saldo Inicial	108.868	(48.991)	59.877	(13.957)
Mutações do período	(79.489)	35.770	(43.719)	122.825
Saldo final	29.379	(13.221)	16.158	108.868

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente.

e. Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

27. PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração da Administração

	2022	2021
Salários e honorários da Administração	4.183	5.922

As empresas do Conglomerado não têm por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

b. Operações com partes relacionadas

As empresas do Conglomerado mantêm transações com controlada direta, controladora indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim demonstrados:

Descrição	2022			Total
	Controladora - indireta no exterior ¹	Coligadas no exterior ²	Outras ³	
Ativo				
Outros ativos diversos	-	-	15.317	15.317
Passivo				
Outras obrigações	484	4.391	-	4.875
Resultados de exercícios futuros	-	-	11.580	11.580
Receitas (Despesas)				
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	167.293	167.293
Receitas de subsídios ⁴	-	-	97.296	97.296
Resultado com depósitos a prazo	-	-	(14.149)	(14.149)
Despesa de processamento de dados	-	(549)	-	(549)
Despesa de processamento de dados	-	(4.690)	-	(4.690)
Despesas de comissão de fiança	(7.679)	-	-	(7.679)
2021				
Ativo				
Ativos financeiros ao custo amortizado ⁵	-	-	41.690	41.690
Outros ativos diversos	-	-	7.693	7.693
Passivo				
Outras obrigações	8.502	69	866	9.437
Resultados de exercícios futuros	-	-	5.240	5.240
Receitas (Despesas)				
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	88.335	88.335
Receitas de subsídios ⁴	-	-	51.995	51.995
Rendas de atualizações monetárias ativas	-	-	1.781	1.781
Despesa de processamento de dados	(2.147)	-	-	(2.147)
Despesas de comissão de fiança	(7.200)	-	-	(7.200)

¹ Daimler Truck AG
² Mercedes-Benz Companhia Financiera Argentina S.A. e Daimler Truck Financial Services USA

As principais rubricas relacionadas aos dados contábeis constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado estão demonstradas a seguir:

	2022			2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Ativos financeiros						
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	15.174.464	4.194.125	19.368.589	12.060.604	2.394.263	14.454.867
(-) Provisão para perda esperada	(521.994)	(144.276)	(666.270)	(552.036)	(109.590)	(661.626)
Total líquido de operações de crédito e arrendamento financeiro	14.652.470	4.049.849	18.702.319	11.508.568	2.284.673	13.793.241
Resultado						
Receita com juros e similares	1.629.899	433.095	2.062.994	1.254.160	160.787	1.414.947
Outras receitas de juros	49.381	13.122	62.503	13.118	1.682	14.800
Despesas com juros e similares	(1.168.554)	(361.994)	(1.530.548)	(649.802)	(128.935)	(778.737)
Resultado líquido de juros e similares	510.726	84.223	594.949	617.476	33.534	651.010
Perdas por impairment de ativos financeiros, líquidas de recuperações	(67.177)	2.968	(64.209)	(217.527)	48.906	(168.621)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	238.309	41.793	280.102	220.618	53.221	273.839

Na determinação de algumas rubricas como o lucro operacional, determinados componentes como despesas gerais e administrativas são alocados em cada segmento através de raios, em função, substancialmente do portfólio dos dois segmentos.

29. GESTÃO DE RISCOS

Introdução

Conforme a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, o Conglomerado utiliza uma estrutura integrada e contínua para o gerenciamento de riscos.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição aos diversos fatores de riscos, o Conglomerado implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a análise da evolução de sua carteira de crédito e outras atividades que a sirvam como suporte.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos está orientada pela regulamentação local e pelas políticas distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de suas operações dentro do Grupo Daimler Truck. Afim de realizar a gestão de seus fatores de riscos, o Conglomerado segmentou os riscos conforme segue:

a. Risco de Crédito

Configura-se pelo risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações da contraparte; a desvalorização dos ganhos esperados do instrumento financeiro devido a deterioração creditícia de qualquer parte envolvida; a deterioração resultante de reestruturação do instrumento financeiro; ou devido a custos envolvidos na recuperação dos ativos envolvidos.

Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística/julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder preditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito;
- Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado;
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

Papéis e responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. **Diretoria** - Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

Gerenciamento de Riscos - Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normalização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

Segregação de função

As funções de vendas e crédito são segregadas, assegurando duas óticas independentes no processo de gerência de risco e decisão de crédito. A área de negócios é responsável pela aquisição de novos negócios, enquanto que a área de crédito avalia o risco da solicitação de crédito feita pela área de vendas.

Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco Mercedes-Benz estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

Concessão e aprovação do crédito

Nenhum crédito deve ser concedido sob avaliação de um único aprovador. As operações de crédito devem ser aprovadas por pelo menos dois aprovadores, um dos quais deve, obrigatoriamente, pertencer à área de crédito.

Exceções a esta regra se aplicam apenas para créditos analisados pelo *Retail*. As aprovações são baseadas no sistema de atribuição de pontos (*scoring*) ou aprovações manuais feitas pelo gerente de crédito ou analistas *Retail*.

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	Consolidadas	
	2022	2021
Disponibilidades	26.630	123.443
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.124	42.215
Operações de crédito		

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Daimler Mobility Brasil Holding S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Consolidadas			
	2022			
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos	2.727.399	3.973.996	3.314.698	10.016.093
Títulos de dívidas emitidos	263.337	-	1.646.477	1.909.814
Obrigações por empréstimos e repasses	280	1.735.076	3.630.102	5.365.458
Instrumentos financeiros derivativos	193	1.331	4.851	6.375
Total	2.991.209	5.710.403	8.596.128	17.297.740
	2021			
Depósitos	1.433.759	2.461.255	3.840.183	7.735.197
Títulos de dívidas emitidos	155.583	1.531.569	231.495	1.918.647
Obrigações por empréstimos e repasses	258.532	699.544	1.581.892	2.539.968
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	5.698	5.698
Total	1.847.874	4.692.368	5.659.268	12.199.510

Análise da sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar às demais análises do Conglomerado.

O Conglomerado, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação.

O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2022 para a carteira *banking*:

	2022		
	I	II	III
Prefixado	(91.701)	(113.880)	(135.751)
Cupom de inflação	(57)	(70)	(83)
Dólar	86	128	169
Total	(91.672)	(113.822)	(135.665)

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da instituição.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte:

"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações Trabalhistas;
- Processos;
- Danos a Ativos;
- Práticas Comerciais;
- Interrupção de Negócios/Falhas em Sistemas;
- Legal.

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Compliance & Governance, subordinada à Gerência de Legal, e com linha de reporte para o "Internal Controls & Risk Committee". Conforme responsabilidades descritas na RAS, um diretor é o indicado como o responsável por assuntos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos, assumindo o papel de CRO.

As áreas de negócio, através de seus Gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança destes temas é efetuada pelo departamento de Compliance & Governance, com a supervisão do "Internal Controls & Risk Committee", que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada.

A seguir encontre o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo.

- Internal Controls & Risk Committee

O Conglomerado constitui, dentro de sua estrutura de gerenciamento integrado de riscos, um comitê específico para tratar deste tema, conforme descrito na Declaração de Apetite de Riscos (RAS). Os assuntos relacionados ao Risco Operacional serão discutidos mediante inclusão destes tópicos na pauta do comitê.

- Compliance & Governance

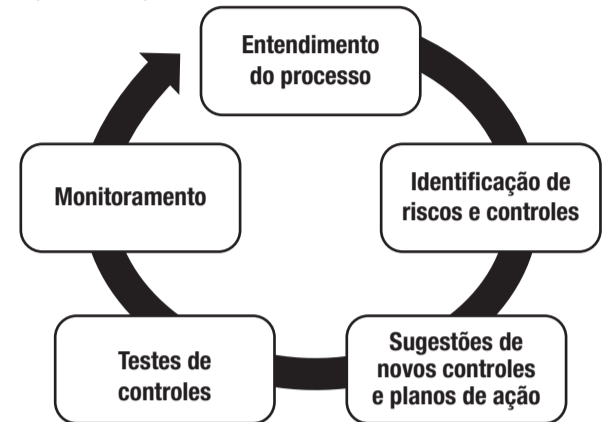
Sua principal função é suprir a Alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados. Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Compliance & Governance, serão localmente aplicados pelos gestores.

- Gestores das áreas de negócios

Na estrutura definida pelo BMB para realizar a Gestão do Risco Operacional, os Gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.

Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.

A metodologia de avaliação qualitativa do risco operacional do Conglomerado é composta por cinco etapas:



Entendimento do processo

Esta etapa engloba o entendimento dos processos de gestão, de negócios e de suporte do BMB, identificando qual gestor é o dono do processo e a quem cabe à responsabilidade pelos devidos controles, ou seja, o responsável pelos riscos e controles identificados no processo.

Identificação de riscos e controles

Após entendido o processo, a segunda fase busca a identificação de possíveis problemas e deficiências, ou seja, o entendimento sobre "o que pode dar errado" dentro do processo analisado. A análise de riscos envolve identificar as fontes de risco, seu impacto e a vulnerabilidade associada a sua ocorrência.

Sugestões de novos controles e planos de ação

Nesta etapa são elaborados os planos de ação ao risco para todos os controles que, na etapa de avaliação, foram classificados com grau de confiança insuficiente.

Testes de controles

Esta fase integra as áreas de Riscos e Controles Internos, sendo a última responsável pela condução de testes periódicos junto às áreas de negócios.

Monitoramento

Esta fase consiste na realização de atividades periódicas de acompanhamento e comunicação dos níveis de risco assumidos por todas as áreas do Conglomerado, aos participantes das atividades de gerenciamento de riscos operacionais. Trata-se de um processo contínuo e comum a cada uma das etapas anteriores.

e. Limites operacionais

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A., elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com base no acordo de capital (Basileia III) para 31 de dezembro de 2022 é de 11,12 % (2021 14,30%) conforme apresentado abaixo:

Índice da Basileia III

	2022	2021
Patrimônio de Referência (PR)	2.302.110	2.225.477
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	20.710.744	15.563.096
Risco de Crédito (RWACPAD)	19.583.581	14.428.431
Privado não bancário	18.753.935	13.732.924
Público federal não bancário	748.859	570.749
Privado bancário	80.787	124.758
Risco Operacional (RWAOPAD)	1.127.163	1.134.665
PR Mínimo para RWA	1.656.860	1.245.048
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	645.250	980.429
IB - Índice da Basileia	11,12%	14,30%
Adicional de Conservação de Capital Principal	517.769	311.262
Margem Patrimônio de Referência - amplo	553.578	841.915

30. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprimento dos requerimentos do órgão regulador. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

CONTADOR

RENATO HIDEO WATANABE
CRC 1SP 119899/O-8

DIRETORIA

HILKE JANSSEN
Diretora-Presidente

DIEGO JULIO NOVELLINO
Diretor

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

MARCELLO LARUSSA
Diretor

VIVIANE JACOB
Diretora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Acionista e Diretores da
Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.

2SP-027685/O-0 F'

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

